




Oferta educacional e incidência de atores privados: implicações para a realização do direito humano à educação¹

Educational provision and the incidence of private actors: implications for the realization of the human right to education

La oferta educativa y la incidencia de los agentes privados: implicaciones para la realización del derecho humano a la educación

*Theresa Adrião²
Cassia Domiciano³
Nádia Drabach⁴*

Citação: ADRIÃO, T., DOMICIANO, C., DRABACH, N. Oferta educacional e incidência de atores privados: implicações para a realização do direito humano à educação. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 17, e89483. Janeiro de 2023.

 <http://10.5380/jpe.v17i0.89483>

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora livre docente, colaboradora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora Visitante na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE). Campinas, SP, Brasil. Orcid: 0000-0003-1181-5873 E-mail: theadriao@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Unicamp. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3030-2416> E-mail: cassia.domiciano@ufpr.br

⁴ Doutora em Educação pela Unicamp. Professora do Instituto Federal de Farroupilha. São Borja-RS, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0076-6183> E-mail: nadiadrabach@gmail.com

A incidência dos principais atores privados na definição de diretrizes e na operacionalização de programas que colocam em movimento a política educacional brasileira tem sido objeto de pesquisas realizadas por pesquisadores e pesquisadoras vinculado/as ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE) desde sua formação em 2005, como apresentado em artigo publicado em Dossiê neste periódico. (ADRIÃO, 2012)

Mais uma vez, ocupamos as páginas deste periódico para apresentar resultados da mais recente pesquisa concluída no âmbito do GREPPE e complementada por estudiosos convidados que integram a RELLAPPE.

O eixo geral dos artigos centra-se na análise das consequências da privatização da educação obrigatória para a realização do Direito Humano à educação e derivam da pesquisa *Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública*⁵, coordenada pela prof.^a Dra. Theresa Adrião e financiada pela FAPESP⁶, que envolveu pesquisadores/as de 12 distintas instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil.

A atuação dos atores por meio de seus programas nas redes públicas de ensino ocorreu de formas diversas a depender das tensões, resistências ou convergências que se estabeleceram no movimento das relações institucionais e entre os segmentos envolvidos, provocando de um lado, alterações no desenho original dos programas (ARRETCHE, 2001) e de outro, ajustes nas prioridades das políticas educativas tendo em vista a institucionalização das agendas preconizadas (OFFE, 1989).

A pesquisa considerou as organizações privadas de maior incidência junto às redes estaduais entre 2005-2018, bem como os programas por elas operados caracterizados como de maior abrangência e maior capilaridade e, com todas as limitações aos dados sobre essa atuação e os seus resultados tendo em vista a falta de transparência para acesso, buscou captar as consequências dos programas analisados para a educação pública nas redes estaduais selecionadas, considerando, para tanto, os objetivos declarados como justificativa para tais programas e as características preconizadas por Tomasevski (2004).

⁵ Para maiores informações sobre os resultados da pesquisa, consultar https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao

⁶ Fapesp processo nº 2019/12230-7

Esse esforço de análise é aqui registrado por quatro artigos. O primeiro, **Condições da oferta educativa em escolas estaduais de Goiás que adotaram o Programa Acelera Brasil: implicações para o Direito Humano à Educação**, de autoria de Danilo Kano e Cassia Domiciano que analisa as condições de oferta identificadas nas escolas goianas nas quais o Programa Acelera Brasil, formulado pelo Instituto Ayrton Senna para regularização do fluxo escolar de estudantes em defasagem idade-série e que vigorou entre 2007 a 2014. Também sobre o mesmo Programa e território, o artigo **“Programa Acelera no Estado de Goiás: lógica da flexibilização subtendida aos interesses do Instituto Ayrton Senna (IAS)”**, elaborado por Cíntia Magno Brazorotto e Flávio Bezerra de Sousa, assenta-se na hipótese de que a racionalidade mercado-empresarial acionada por algumas políticas educacionais, ao se distanciar da ideia de função pública, colabora para a flexibilização das formas de contratação docente e a reverberação das orientações da Nova Gestão Pública (NGP).

As condições de oferta identificadas em escolas estaduais do Pará localizadas no município de Santarém, que experimentaram programas propostos por organizações privadas também foi objeto de análise por Maria Lúcia Lemos Ceccon e Santiago Castiglio e Monteiro no texto **“Programa Jovem de Futuro: condições de oferta, implicações e consequências para o Direito Humano à Educação”**. Neste caso, o período compreendeu o intervalado entre os anos de 2011 a 2018 no qual o Programa Jovem de Futuro, formulado e implantado pelo Instituto Unibanco, estava em vigência.

O conceito de condições de oferta (GARCIA et al. 2021) envolve informação sobre infraestrutura das escolas; desempenho de estudantes e disponibilidade de equipamentos adequados às atividades pedagógicas.

O quarto artigo intitula-se **“A atuação do Instituto Natura na educação básica pública brasileira: dimensões e implicações sobre o direito à educação”**, elaborado por Antônio Lisboa Leitão de Souza e Andréa F. Silva centra-se na caracterização e análise da atuação do Instituto Natura, uma das organizações privadas de maior incidência junto a diferentes redes públicas estaduais de ensino do país.

Destacamos, que o contexto de amplificação dos processos de privatização em geral coincide com o período de financeirização da economia, para o qual a desregulamentação das atividades econômicas na direção dos interesses do mercado financeiro impõe novos ajustes e orientações para ação estatal. Essa é a razão para a inclusão do artigo de Theresa Adrião e Felipe Araújo **“Privatização da educação no**

contexto de financeirização da economia: a indução da oferta educacional privada por fundos de investimentos”, que dispõe sobre a subordinação da oferta educativa a interesses do capital financeiro.

Três artigos analisam aspectos da educação em sua etapa obrigatória em outros países. O primeiro, **“Cooperação para o desenvolvimento e terceirização da ajuda bilateral: uma análise da Fundação Fé e Cooperação”** de autoria de Katia Santos Imbó, focaliza a transferência de Acordo de Cooperação bilateral entre Portugal e Guiné-Bissau para uma organização não privada denominada Fundação Fé e Cooperação (FEC). No segundo, intitulado **“Pérdida simbólica de la educación como derecho humano. Costa Rica como exponente de una tendencia en América Latina”**, Nora González Chacón reflete sobre as consequências para a realização do direito humano à educação decorrentes da ausência do Estado em sua efetivação. Para tanto, parte das condições identificadas em Costa Rica. O terceiro e último artigo a integrar este Dossiê, escrito por Viviane Klein e Laura Rampazo, analisa 70 programas educacionais, vigentes em diferentes distritos dos Estados Unidos, que incluem a educação bilíngue ou multilíngue como mecanismo para ampliar o direito à educação de qualidade para todas as pessoas. Por fim, o Dossiê é integrado por resenha elaborada por Andrey Mori ao livro de Theresa Adrião **“Dimensões da privatização da educação básica no Brasil; um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990”**, Brasília: ANPAE, 2022, p. 297 - publicado pela Editora ANPAE⁷.

Esperamos que, com esta apresentação, o interesse de leitores e leitoras seja agudizado para conhecer o conteúdo das reflexões sistematizadas na forma do Dossiê **Oferta educacional e incidência de atores privados: implicações para a realização do direito humano à educação**, que compõe este número do *Jornal de Políticas Educativas*. Em tempos de resistência aos direitos conquistados, a discussão referenciada sobre as condições que os limitam ou expandem é uma necessidade.

⁷ Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/Livro_dialogos_com_producao_academica-Fin-Corrg.pdf

ADRIÃO, T., ARAUJO, F. Privatização da educação no contexto de financeirização da economia: a indução da oferta educacional privada por fundos de investimentos

Referências

ADRIÃO, T. Notas sobre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE. JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Nº 12 | Julho-Dezembro 2012 | PP. 51–56

TOMASEVSKI, K. (2004). Manual on rights-based education: global human rights requirements made simple. Bangkok, Thailand: UNESCO

Recebido em Novembro de 2022

Aprovado em Dezembro de 2022

Publicado em Janeiro de 2023



Volume 17

Seção Dossiê e89483

30 de janeiro de 2023



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

INDEXAÇÃO:

BASE DE DADOS

Sumário.Org
Google Scholar
BASE
Dimensions
Miar

DIRETÓRIOS

Scielo Educ@
Diadorim
DOAJ
Erih Plus
Latindex
EZB
ROAD
Journal 4-free

ÍNDICES

Index Copernicus
Cite Factor

PORTAIS

LiVre
Capes
Science Open
World Wide Science

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 17, e89483 – Janeiro de 2023

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR-Brasil), Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR-Brasil), Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Angela Maria Martins (FCC, Brasil), Angelo Ricardo de Souza (UFPR-Brasil), Antonia Almeida Silva (UEFS, Brasil), Cassia Alessandra Domiciano (UFPR-Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (UFPR-Brasil), Cristiane Machado (Unicamp- Brasil), Elton Luiz Nardi (UNOESC, Brasil), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires – UBA - Argentina), Isaac Paxé (Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Luanda, Angola), Gabriela Schneider (UFPR-Brasil), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gilda Cardoso Araújo (UFES - Brasil), Gustavo Enrique Fischman (Arizona State University - USA), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE, Brasil), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Jorge Alarcon Leiva (Universidad de Talca - Chile), Jorge Manuel Gorostiaga (UNSAM – Argentina), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luciana Rosa Marques (UFPE, Brasil), Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (UFPR-Brasil) Marcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Brasil), Maria Dilméia Espíndola Fernandes (UFMS, Brasil), Natalia Oliveira Woolley (UCLA, USA), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Nora Krawczyk (Unicamp- Brasil), Pedro Flores-Crespo (UAQ, México) Rodrigo da Silva Pereira (UFBA, Brasil), Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS - Brasil).

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: Programa de apoio às publicações científicas periódicas da UFPR

Arte e diagramação: Tiago Tavares (tiagotav@gmail.com)

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Avenida Sete de Setembro, 2645
2º andar, Sala 213
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3535-6264
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>